

RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 02.051-00006436/2025

Pregão: 90094/2025

Objeto: O objeto da presente licitação é **para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de nutrição hospitalar**, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I – DOS FATOS:

Conforme sessão realizada dia 09 de Outubro de 2025 às 09:00 junto a Plataforma ComprasNet, Portal de Compras do Governo Federal conduzida por esta Pregoeira em conformidade com a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 visando realizar certame com o objetivo de contratar empresa **especializada em prestação de serviços de nutrição hospitalar**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos para atender as necessidades do HSJB/SAH, abriu a sessão pública conforme as disposições contidas no edital iniciando pela etapa de lances dos interessados.

Em seguida, a proposta do licitante 1º colocado SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ: **05.951.758/0006-33**, foi encaminhada a Assessoria Técnica do HSJB/SAH para parecer técnico, e foi solicitado que a empresa enviasse um representante para visita técnica, o que foi agendado prontamente com a senhora Claudia Freitas. Após a visita técnica dos responsáveis e nutricionistas da empresa: SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ: **05.951.758/0006-33**, a proposta foi aprovada. Aberta a 2ª sessão em 19/11/2025 – 09:00 para informar aos licitantes o parecer técnico, a BAM COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ: **41.742.950/0001-79**, entrou com recurso contra a habilitação da empresa SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA.

II – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS:

Aberto prazo para registro da intenção de recurso, foi apresentado recurso manejado pela empresa: BAM COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ: **41.742.950/0001-79**, contra a habilitação da proponente: SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ: **05.951.758/0006-33**.

A empresa BAM COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ: **41.742.950/0001-79**, alega que a SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ: **05.951.758/0006-33**, não atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no edital, especialmente quanto à apresentação de atestado de capacidade técnica.

1. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA ANTIGOS, EM NOME DE OUTRA RAZÃO SOCIAL E INCOMPATÍVEIS COM O OBJETO.

Ocorre que os atestados são da antiga razão social (DENJUD), a empresa atualmente se denomina SINGULAR, com outros sócios e novos responsáveis técnicos e a participação na



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinete@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



licitação foi feita pela filial, mas os atestados da matriz se referem a alimentação escolar e não nutrição hospitalar.

Os atestados apresentados pela filial, que foi quem efetivamente participou do certame, dizem respeito à prestação de serviços de alimentação escolar, atividade tecnicamente distinta da prestação de nutrição hospitalar, ao contrário da exigência do edital em que o atestado comprove aptidão compatível com o objeto hospitalar e não simplesmente serviços genéricos de alimentação.

2. DA AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DO ITEM 10.6 – EXIGÊNCIA EXPRESSA DO EDITAL.

A empresa não apresentou essa declaração no momento adequado. Trata-se de exigência obrigatória, cuja ausência configura irregularidade insanável, pois não ser documento passível de complementação posterior, nos termos do art. 64 da lei 14.133/21.

3. AUSÊNCIA DO ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA – CRN

O serviço deve estar sob Responsabilidade Técnica de profissional graduado em Nutrição, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica; Trata-se de documento emitido pelo CRN para a pessoa jurídica, e não para o profissional. A empresa apresentou somente documentação do nutricionista.

4. DA NÃO APRESENTAÇÃO DO REGISTRO NO CRN DO NUTRICIONISTA RT

A empresa apresentou apenas certidão de acervo técnico do nutricionista (CAT), documento que não substitui o registro atual e regular no CRN. Posto que o CAT não é registro profissional, não é documento idôneo para comprovar a regularidade perante o CRN

5. AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DO ANEXO 04: RESERVA LEGAL DE CARGOS (PCD)

A ausência da declaração configura descumprimento de obrigação legal (art. 93 da Lei 8.213/91), viola a exigência editalícia expressa e não é passível de saneamento posterior, pois não se trata de atualização documental, mas sim de documento novo já que no próprio site do MTE resta claro que a empresa não cumpre o percentual mínimo.

6. AUSÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS PERTINENTES À COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

A empresa participou do certame pela filial, mas apresentou certidão de falência da filial e o balanço patrimonial apenas da matriz, sem demonstrar a inclusão da filial de forma consolidada no balanço apresentado.

Ocorre que matriz e filial podem ter contabilidade unificada, mas isso deve ser comprovado, todavia o balanço apresentado não demonstra conter os dados da filial e tampouco há demonstração de que a filial sequer possua escrituração própria.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



III – DAS CONTRA RAZÕES

DA INTEGRAL REGULARIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA RECORRIDA

Os argumentos trazidos pela empresa Recorrente beiram ao desespero.

Diante das exigências de qualificação técnica presentes no edital, a Empresa selecionou criteriosamente seus documentos comprobatórios, suprindo os requisitos habilitatórios do certame, o que foi acertadamente chancelado pela decisão que habilitou a Recorrida nos autos do presente pregão eletrônico.

O instrumento convocatório em seu item 11.4.1 assim dispôs referindo-se à principal exigência da qualificação técnica:

11.4.1- Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido objeto compatível com o licitado, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Nesse sentido, a Recorrida apresentou 12 (doze) atestados de capacidade técnica referentes ao preparo e fornecimento de alimentação a coletividades, sendo a metade deles para o fornecimento de alimentação em ambientes hospitalares.

Defender que a Recorrida não comprova aptidão por que seus atestados são supostamente “antigos” e estão no nome da “antiga empresa” traduzem o despreparo da Recorrente.

O edital não fez qualquer tipo de restrição quanto à data de emissão dos atestados de capacidade técnica a serem apresentados pelas licitantes, sendo certo que os atestados juntados pela Recorrida suprem todos os requisitos constantes do instrumento convocatório, de modo que o argumento da Recorrente não merece prosperar, pois a realidade operacional da Empresa ainda é de uma organização que fornece diariamente mais de 120.000 refeições, nos termos dos atestados apresentados.

Atestados não são desqualificados pela simples alteração de razão social da Empresa, trata-se de argumento frágil, tendo em vista que a mudança apenas da razão Rua Vitório Marenda, 85-B, Afonso Pena, S. J. dos Pinhais/PR CEP: 83.045-680 social não anula a expertise técnica, logística e operacional que a Recorrida angariou ao longo de todos os anos de sua existência. Expertise reconhecida, inclusive, por diversos entes públicos, que atestaram o fornecimento de alimentação sem qualquer conduta que desabonasse a atividade da empresa.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA RECORRENTE

Item 11.4.3. O serviço deve estar sob Responsabilidade Técnica de profissional graduado em Nutrição, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica; Ora, a redação é claríssima. Trata-se somente do Nutricionista Responsável Técnico, e este foi apresentado com a comprovação de seu vínculo com a empresa e atestada sua responsabilidade técnica à frente da Recorrida desde 28/11/2012, conforme Certidão de Registro e Regularidade apresentada, constando que o nutricionista é o responsável técnico pelas atividades de alimentação e nutrição humana.

DA DECLARAÇÃO DO ANEXO 4



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Collina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinete@hsjb.org.br – www.portalvtr.com/hsjb



A referida declaração deve ser apresentada à Instituição Contratante quando da adjudicação e posterior homologação do certame. Infere-se, a partir de uma simples leitura do edital, que se trata de um documento para assinatura do contrato, haja vista estar inserida no item 14 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO. Para fins de participação, a Recorrida preencheu devidamente em campo próprio do sistema quando do cadastramento da proposta, a declaração de cumprimento das cotas de aprendizagem e de PCD.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA RECORRENTE

Em mais uma oportunidade, a Recorrente traz argumentos apenas para tumultuar o certame. A contabilidade da Recorrida é unificada entre a sua matriz e filiais, de modo que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, naturalmente, abrangem a organização como um todo, denotando a capacidade econômico-financeira através dos índices contábeis nos últimos dois exercícios sociais.

Não há, por todo o exposto, qualquer ressalva quanto à documentação apresentada, e a Ilma. Sr. Pregoeiro, após minuciosa análise, proferiu decisão correta e, sobretudo, vinculada aos termos e ditames do instrumento convocatório, com interpretação legal e jurisprudencial atualizada e pacífica, razão pela qual os argumentos da recorrente não devem prosperar.

Desta forma, confiando no espírito altruísta que sempre norteou as decisões desta Instituição, aguarda-se pela manutenção da decisão de habilitação da Recorrida nos termos da fundamentação acima, haja vista ter cumprido integralmente com todas as exigências contidas no instrumento convocatório, por ser esta a medida da mais lúdima justiça, sectária da aplicação da legislação e jurisprudência pertinente.

IV - DA ANÁLISE

Por questões lógicas e temporais, esta pregoeira primeiro esclarecerá que todos os atos administrativos, até então, foram balizados em observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, e que qualquer recriminação contrária a isso trata-se de uma afronta à idoneidade dessa Administração.

Válido lembrar que o edital traça as regras que permeiam e obrigam igualmente todos os licitantes não podendo a Administração Pública tratar distintamente um ou outro.

Sobre a alegação de que a empresa Singular não apresentou atestado de capacidade técnica em nome da matriz e que são antigos

Sobre a declaração relativa a beneficiários do regime geral de previdência no quadro funcional

A recorrente afirma que a Singular não apresentou a declaração de que possui empregados beneficiários do regime geral da previdência.

No entanto:



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



A empresa Singular apresentou todos os documentos de habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos.

Portanto, não há qualquer irregularidade na ausência dessa declaração.

Sobre a apresentação do balanço patrimonial em nome da filial

Ainda que apresentado em nome da filial, o balanço patrimonial permanece válido, pois:

Filial não possui personalidade jurídica própria;

Matriz e filial constituem a mesma pessoa jurídica;

Jurisprudência do TCU (Acórdão 2.967/2013) admite balanço da matriz ou filial.

O edital do Pregão nº 90094/2025 não exigiu que o balanço fosse exclusivamente da matriz.

A alegação da recorrente não merece acolhimento.

V – DA CONCLUSÃO:

O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

Todas as alegações apresentadas pela recorrente BAM Comércio e Serviço Ltda carecem de fundamento. A empresa Singular Gestão de Serviços Ltda atendeu integralmente às exigências do edital.

Requer-se, portanto, o NÃO PROVIMENTO do recurso, mantendo-se a habilitação da empresa Singular Gestão de Serviços Ltda no Pregão Eletrônico nº 90094/2025., e a íntegra dessa decisão da qual a parte dispositiva colaciono no PORTALVR (www.portalvr.com)

Volta Redonda, 05 de Dezembro de 2025

Sandra Pinto Barra
Pregoeira
HSJB/SAH